

**À COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**

5ª SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES – 5ª/SL

A/C DO(A) PREGOEIRO(A) RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90002/2026

UASG 195001

Assunto: Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026 – Processo nº 59550.000125/2025-12-e

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

AGROMAP – MÁQUINAS AGRÍCOLAS PASSOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.278.847/0001-35, Inscrição Estadual nº 479.376.954-0065, com sede na Rua Farid Esper Kallas, nº 125, Bairro Vila Romana, Passos/MG, CEP 37901-775, telefones (35) 3521-1439, (35) 3521-2630 e (35) 3521-1647, e-mail agromap.licitacoes@gmail.com, empresa com início de atividade em 24/03/1982, vem, respeitosamente, perante essa Companhia, apresentar a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026, Processo nº 59550.000125/2025-12-e, pelos fundamentos fáticos, técnicos e jurídicos a seguir expostos.

**1. TEMPESTIVIDADE**

A presente impugnação é tempestiva.

O Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026, em sua página 1, expressamente informa que os pedidos de esclarecimentos e impugnações poderão ser apresentados “até dia 21/05/2026” para o endereço eletrônico 5a.sl@codevasf.gov.br.

A sessão pública está designada para 26/05/2026, às 10h00, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), conforme capa do Edital, página 1, e item inicial do instrumento convocatório, página 3. O Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, nº 89, quinta-feira, 14 de maio de 2026, página 118, também confirma a sessão pública em 26/05/2026 às 10h00, no Portal de Compras do Governo Federal.

Protocolada nesta data, 21 de maio de 2026, a presente manifestação encontra-se dentro do prazo fixado pela própria Administração, devendo ser conhecida e apreciada de forma motivada.

**2. IDENTIFICAÇÃO DO CERTAME E SÍNTESE DO OBJETO**

O certame é promovido pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, por intermédio da 5ª Secretaria Regional de Licitações – 5ª/SL, UASG 195001, sob a modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026, Processo nº 59550.000125/2025-12-e.

O objeto indicado na capa do Edital, página 1, e no item 1.1 do Edital, página 3, consiste no fornecimento, por Sistema de Registro de Preços, de 50 tanques de resfriamento de leite com capacidade para 1.000 litros, 1.000 forrageiras com potência de 3 CV, 250 ordenhadeiras para 50 litros, 100 ordenhadeiras para 100 litros e 50 ordenhadeiras para

200 litros, para entrega na Codevasf, no município de Penedo, Estado de Alagoas, distribuídos em 10 itens.

O Termo de Referência, página 3, item 1.1, repete o mesmo objeto e vincula a descrição ao escopo constante da Planilha de Quantidades e Preços, Anexo II. O valor estimado global é de R\$ 7.313.235,00, conforme capa do Edital, página 1, e Termo de Referência, página 8, item 10.1.

A presente impugnação se concentra especialmente nos itens 01 a 06 do Anexo II – Planilha de Quantidades e Preços Orçados, relativos às ordenhadeiras mecânicas tipo balde ao pé. A razão é objetiva: as especificações atualmente previstas, se mantidas sem reavaliação técnica, podem conduzir a uma aquisição formalmente executável, mas materialmente menos eficiente, menos ergonômica, menos produtiva e menos aderente ao uso real pelo produtor rural beneficiário.

Em Penedo, uma ordenhadeira não será um número de planilha; será instrumento diário de trabalho no curral.

### **3. SÍNTESE INICIAL DE IMPACTO**

A Codevasf pretende adquirir 400 ordenhadeiras mecânicas tipo balde ao pé, distribuídas em três categorias nominais: 250 unidades de “50 litros”, 100 unidades de “100 litros” e 50 unidades de “200 litros”, conforme Edital, página 1, Edital, página 3, Termo de Referência, página 3, item 1.1, e Planilha de Custos, páginas 1 e 2.

O problema não está na intenção pública, que é meritória. O próprio Termo de Referência, em sua página 17, Anexo I – Justificativas, reconhece que a contratação busca promover políticas públicas voltadas à infraestrutura básica de pequenos produtores rurais e afirma que as ordenhadeiras reduzem esforço manual, risco de contaminação e contribuem para aumentar produtividade, higiene e eficiência na pecuária leiteira.

O vício está na modelagem técnica escolhida para as ordenhadeiras.

Os itens 01 e 02 preveem conjunto simples, para uma vaca por vez, com 04 teteiras e 01 recipiente de 50 litros. Os itens 03 e 04 preveem conjunto duplo, para duas vacas por vez, com 08 teteiras e 02 recipientes de 50 litros. Os itens 05 e 06 preveem equipamento denominado “conjunto duplo”, mas para quatro vacas por vez, com 16 teteiras e 04 recipientes de 50 litros, mantendo, contudo, bomba de vácuo de 300 litros e motor elétrico de 1 CV, parâmetros também utilizados nos itens de menor complexidade.

Essa arquitetura gera três problemas centrais.

Primeiro, privilegia a litragem nominal como eixo de classificação, quando a variável decisiva em uma ordenhadeira móvel tipo balde ao pé é a funcionalidade real: mobilidade, ergonomia, estabilidade do vácuo, facilidade de higienização, número de animais ordenhados por ciclo e produtividade do operador.

Segundo, cria risco de restrição prática à competitividade ao exigir recipientes de 50 litros, quando a impugnante, na qualidade de fabricante tradicional do setor, identifica que o

padrão atualmente adotado por fabricantes para ordenhadeiras balde ao pé é o recipiente semitransparente de 45 litros, com solução de entrada dupla para conjunto duplo.

Terceiro, compromete a vantajosidade material. Pelos próprios preços de referência da Codevasf, o item simples de 50 litros está estimado em R\$ 6.145,38 por unidade, enquanto o item duplo de 100 litros está estimado em R\$ 7.046,02 por unidade, diferença unitária de R\$ 900,64. A partir da própria planilha oficial, essa diferença indica que a padronização das 400 ordenhadeiras em solução dupla, tecnicamente mais produtiva, não representaria salto orçamentário incompatível com o objeto; representaria reorganização racional do gasto para entregar mais resultado na ponta.

A Codevasf não está comprando litros; está comprando produtividade rural.

Por isso, requer-se a reavaliação e retificação dos itens 01 a 06, com padronização técnica das 400 ordenhadeiras em solução móvel tipo balde ao pé, conjunto duplo, apta à ordenha simultânea de duas vacas por vez, com 08 teteiras, recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros com entrada dupla, bomba de vácuo e motorização compatíveis, preservadas as exigências de manual, garantia, assistência técnica, logomarca, entrega, descarga e demais obrigações previstas no Termo de Referência.

Subsidiariamente, caso a Administração entenda por manter a atual divisão, requer-se motivação técnica robusta, memorial de dimensionamento e demonstração objetiva de que os modelos de 50, 100 e 200 litros, com os componentes atualmente previstos, são mais eficientes, ergonômicos, econômicos e vantajosos ao produtor rural beneficiário do que a solução padronizada ora proposta.

#### **4. PASSAGENS DO EDITAL E DO TERMO DE REFERÊNCIA DIRETAMENTE IMPUGNADAS**

##### **4.1. Objeto geral da contratação**

O Edital, página 1, dispõe:

“Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, de 50 (cinquenta) tanques de resfriamento de leite com capacidade para 1.000 litros, 1.000 (mil) forrageiras com potência de 3 CV, 250 (duzentos e cinquenta) ordenhadeiras para 50 litros, 100 (cem) ordenhadeiras para 100 litros e 50 (cinquenta) ordenhadeiras para 200 litros, para serem entregues na Codevasf, no município de Penedo, no estado de Alagoas, distribuído em 10 (dez) itens, conforme descritos no anexo I – Termo de Referência, que integra este Edital.”

O Edital, página 3, item 1.1, repete a mesma descrição.

O Termo de Referência, página 3, item 1.1, também estabelece:

“Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, de 50 (cinquenta) tanques de resfriamento de leite com capacidade para 1.000 litros, 1.000 (mil) forrageiras com potência de 3 CV, 250 (duzentos e cinquenta) ordenhadeiras para 50 litros, 100 (cem) ordenhadeiras para 100 litros e 50 (cinquenta) ordenhadeiras para 200 litros, para serem entregues na Codevasf do município de Penedo, no estado de Alagoas, distribuídos em 10 (dez) itens,

conforme escopo de fornecimento contido na planilha de quantidades e preços, Anexo II deste termo de referência.”

Essas passagens são impugnadas na parte em que estruturam a aquisição das ordenhadeiras por litragem nominal de 50, 100 e 200 litros, sem demonstrar que essa segmentação é a mais eficiente, ergonômica, econômica e adequada ao uso real do produtor rural beneficiário.

#### 4.2. Exigência de utilidade, resistência, segurança e conformidade técnica

O Edital, página 4, item 1.1.4, dispõe:

“Os bens ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Lei nº 4.150, de 21.11.62) e INMETRO, no que couber, e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.”

Essa passagem é relevante porque a própria Administração colocou “utilidade” e “segurança” como requisitos mínimos. Não basta que a ordenhadeira exista, tenha rodas, balde, motor e mangueiras. Ela precisa ser útil e segura no ambiente real de ordenha.

Na aquisição de Penedo, utilidade não é palavra decorativa; é requisito de aceitação do equipamento.

#### 4.3. Finalidade pública reconhecida pela própria Codevasf

O Termo de Referência, página 17, Anexo I – Justificativas, afirma que a contratação se justifica pelo interesse público em promover políticas públicas voltadas ao acesso a melhores condições de infraestrutura básica, em benefício, principalmente, de pequenos produtores das comunidades rurais da área de atuação da Codevasf.

No mesmo trecho, o TR registra que a atividade leiteira em Alagoas é caracterizada pela carência de tecnologia desde a produção até a logística de distribuição, bem como pela necessidade de investimento para o pequeno produtor familiar, reconhecendo que a atividade possui potencial enorme e é muitas vezes a principal fonte de renda de municípios produtores.

Ainda na página 17, o TR afirma que as ordenhadeiras permitem a extração do leite de forma rápida, segura e padronizada, reduzindo o esforço manual e o risco de contaminação; e que a utilização dos equipamentos contribui para otimizar o tempo de trabalho, aumentar a produtividade e promover práticas mais sustentáveis e higiênicas na pecuária leiteira.

Essa justificativa é decisiva. A Codevasf reconheceu que a finalidade da contratação é modernizar, reduzir esforço, aumentar produtividade e melhorar a qualidade da atividade leiteira. Logo, a especificação das ordenhadeiras deve ser coerente com essa finalidade.

A justificativa pública da Codevasf aponta para produtividade; a planilha não pode desaguar em baixa eficiência.

#### 4.4. Afirmação de que o escopo estaria bem definido

O Termo de Referência, página 18, Anexo I – Justificativas, afirma:

“O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O termo de referência e especificações técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento que serão contratados.”

A impugnante concorda integralmente com a premissa. O escopo precisa ser preciso e suficiente. Ocorre que, nos itens 01 a 06, a descrição está presa a uma classificação por litragem nominal e a arranjos de recipientes que não demonstram aderência à melhor solução técnica para ordenhadeira móvel tipo balde ao pé.

Quando o próprio TR diz que a precisão é essencial, a Administração não pode deixar a utilidade real da ordenhadeira para ser resolvida em diligência.

#### 4.5. Itens 01 e 02 da Planilha de Custos

A Planilha de Custos, página 1, item 01, descreve:

“Ordenhadeira mecânica tipo balde ao pé 50 litros - conjunto simples completo para ordenha de uma vaca por vez tipo balde ao pé com capacidade mínima para 15 vacas/hora; deverá dispor de lavador automático que ligado à tubulação de vácuo e à mangueira do leite fará higienização utilizando recipiente com água e detergente neutro; deverá acompanhar tubulação completa com regulador de vácuo, vacuômetro, (medidor da pressão do vácuo), duas tomadas de vácuo, tubo de ligação e curva de borracha. Itens que deverão acompanhar e fazer parte do fornecimento: 01 recipiente de 50 litros semi transparente para que se possa ver o nível do leite; tampa do tarro em inox AISI 304 com junta de vedação; pulsador alternado com acoplamento; anel de assentamento pulsador; válvula de assento do pulsador; 04 teteiras ultra (01 anel); 01 mangueira cristal 2,00 metros e 01 mangueira transparente; 01 mangueira vácuo 2,90 metros; 04 mangueiras curtas 0,20 metros; 01 ‘T’ para o pulsador; 01 litro de óleo para bomba de vácuo; lavador automático; depósito de vácuo 20 litros; bomba de vácuo 300 litros; silencioso com mangueiras e abraçadeiras; central de óleo com junta do depósito de óleo; motor elétrico com potência mínima de 1 CV, monofásico, 220 V; polia, correia, esticador e protetor de correia; e carrinho para transporte. Deverá acompanhar manual em português e garantia mínima de 12 meses. Com logomarca da Codevasf silkada em local visível.”

O item 01 prevê quantidade de 240 unidades, valor máximo unitário de R\$ 6.145,38 e valor máximo total de R\$ 1.474.891,20.

O item 02 repete a mesma especificação, como cota reservada às ME e EPP, para 10 unidades, ao valor unitário de R\$ 6.145,38, totalizando R\$ 61.453,80.

Esses itens são impugnados porque destinam 250 unidades a uma solução simples, de uma vaca por vez, quando a própria finalidade pública reconhecida pela Codevasf é otimizar tempo, reduzir esforço manual e aumentar produtividade. A diferença de valor entre o conjunto simples e o conjunto duplo, conforme a própria planilha oficial, não se apresenta como barreira econômica proporcional ao ganho de resultado.

#### 4.6. Itens 03 e 04 da Planilha de Custos

A Planilha de Custos, página 1, item 03, descreve:

“Ordenhadeira mecânica tipo balde ao pé 100 litros - conjunto duplo completo para ordenha de duas vacas por vez, tipo balde ao pé com capacidade mínima para 15 vacas/hora; deverá dispor de lavador automático que ligado à tubulação de vácuo e à mangueira do leite fará higienização utilizando recipiente com água e detergente neutro; deverá acompanhar tubulação completa com regulador de vácuo, vacuômetro, (medidor da pressão do vácuo), duas tomadas de vácuo, tubo de ligação e curva de borracha; itens que deverão acompanhar e fazer parte fornecimento: 02 recipientes de 50 litros semi transparente para que se possa ver o nível do leite; tampa do tarro em inox AISI 304 com junta de vedação; pulsador alternado com acoplamento; anel de assentamento pulsador; válvula de assento do pulsador; 08 teteiras ultra (01 anel); 02 mangueiras cristal 2,00 metros e 02 mangueiras transparentes; 01 mangueira vácuo 2,90 metros; 08 mangueiras curtas 0,20 metros; 02 ‘T’ para o pulsador; 01 litro de óleo para bomba de vácuo; lavador automático; depósito de vácuo 20 litros; bomba de vácuo 300 litros; silencioso com mangueiras e abraçadeiras; central de óleo com junta do depósito de óleo; motor elétrico, 1 CV, monofásico, 220 V; polia, correia, esticador e protetor de correia; e carrinho para transporte. Deverá acompanhar manual em português e garantia mínima de 12 meses. Com logomarca da Codevasf silkada em local visível.”

O item 03 prevê quantidade de 90 unidades, valor máximo unitário de R\$ 7.046,02 e valor máximo total de R\$ 634.141,80.

A Planilha de Custos, página 2, item 04, repete a mesma especificação, como cota reservada às ME e EPP, para 10 unidades, ao valor unitário de R\$ 7.046,02, totalizando R\$ 70.460,20.

Esses itens são os mais próximos da solução tecnicamente adequada, pois já reconhecem a utilidade do conjunto duplo, com 08 teteiras, para ordenha simultânea de duas vacas por vez, mantendo bomba de vácuo de 300 litros e motor de 1 CV. O vício está na exigência de dois recipientes de 50 litros, quando a solução de mercado mais racional e ergonômica, conforme experiência técnica da impugnante, é o recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros, com entrada dupla, apto a receber os dois conjuntos de ordenha.

Para o produtor rural, dois recipientes de 50 litros podem significar mais peso; um recipiente de 45 litros bem concebido pode significar mais uso.

#### 4.7. Itens 05 e 06 da Planilha de Custos

A Planilha de Custos, página 2, item 05, descreve:

“Ordenhadeira mecânica tipo balde ao pé 200 litros - conjunto duplo completo para ordenha de quatro vacas por vez, tipo balde ao pé com capacidade mínima para 15 vacas/hora; deverá dispor de lavador automático que ligado à tubulação de vácuo e à mangueira do leite fará higienização utilizando recipiente com água e detergente neutro; deverá acompanhar tubulação completa com regulador de vácuo, vacuômetro, (medidor da pressão do vácuo),

duas tomadas de vácuo, tubo de ligação e curva de borracha; itens que deverão acompanhar e fazer parte do fornecimento: 04 recipientes de 50 litros semi transparente para que se possa ver o nível do leite; tampa do tarro em inox AISI 304 com junta de vedação; pulsador alternado com acoplamento; anel de assentamento pulsador; válvula de assento do pulsador; 16 teteiras ultra (01 anel); 04 mangueiras cristal 2,00 metros e 04 mangueiras transparentes; 01 mangueira vácuo 2,90 metros; 16 mangueiras curtas 0,20 metros; 04 'T' para o pulsador; 01 litro de óleo para bomba de vácuo; lavador automático; depósito de vácuo 20 litros; bomba de vácuo 300 litros; silencioso com mangueiras e abraçadeiras; central de óleo com junta do depósito de óleo; motor elétrico, 1 CV, monofásico, 220 V; polia, correia, esticador e protetor de correia; e carrinho para transporte. Deverá acompanhar manual em português e garantia mínima de 12 meses. Com logomarca da Codevasf silkada em local visível.”

O item 05 prevê quantidade de 45 unidades, valor máximo unitário de R\$ 9.970,64 e valor máximo total de R\$ 448.678,80.

O item 06 repete a mesma especificação, como cota reservada às ME e EPP, para 5 unidades, ao valor unitário de R\$ 9.970,64, totalizando R\$ 49.853,20.

Esses itens apresentam o ponto técnico mais sensível: descrevem “conjunto duplo”, mas exigem ordenha de quatro vacas por vez, 16 teteiras e 04 recipientes de 50 litros, mantendo bomba de vácuo de 300 litros e motor elétrico de 1 CV. Não há, no instrumento disponibilizado, demonstração técnica de que o mesmo conjunto de potência e vácuo previsto para um equipamento simples ou duplo seja adequado para a operação simultânea de quatro vacas.

O item 05 não pode carregar quatro vacas no texto e a mesma lógica de vácuo do item simples na prática.

#### 4.8. Propostas, catálogos e risco de julgamento subjetivo

O Termo de Referência, página 6, item 8.1, alínea “b”, exige que as propostas contenham especificações técnicas claras, completas e minuciosas, podendo ser apresentadas sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados.

O Termo de Referência, página 7, item 8.1, alínea “d”, exige catálogos, desenhos, dados e demais informações ou descrição detalhada, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos, incluindo descrição técnica, desempenho, lista básica de componentes com fabricantes, desenhos preliminares, dimensões, peso e demais características.

O Termo de Referência, página 7, item 8.1, alínea “b1”, prevê que, caso o licitante faça observações quanto aos requisitos técnicos exigidos, deverá explicitar em sua proposta uma lista de desvios em relação ao exigido, informando as razões, “fato este sujeito a aprovação pela Codevasf”.

Esse dispositivo revela um risco objetivo: se a Administração não esclarecer previamente se aceitará recipiente de 45 litros com entrada dupla, ou se manterá literalmente a exigência de 50 litros e múltiplos recipientes, o julgamento poderá depender de aprovação posterior de

“desvios” técnicos. Isso enfraquece a objetividade do julgamento, pois licitantes poderão formular propostas com soluções distintas, sem saber se serão consideradas equivalentes, superiores ou desconformes.

Uma equivalência essencial à competitividade não pode ser escondida dentro de uma lista de desvios.

#### 4.9. Fiscalização, melhor técnica e risco de recusa posterior

O Termo de Referência, página 12, item 16.3, prevê que a fiscalização terá poderes para rejeitar fornecimentos em desacordo com o contrato, com as normas técnicas vigentes relacionadas ao objeto e com “a melhor técnica consagrada pelo uso”.

Esse trecho reforça a necessidade de retificação prévia. Se a própria execução contratual será aferida também pela melhor técnica consagrada pelo uso, a especificação do edital deve estar alinhada a essa melhor técnica desde a fase preparatória. Não é adequado exigir uma conformação formal em planilha e, depois, deixar a fiscalização diante da tensão entre a letra do edital e o uso técnico consagrado no mercado.

O curral não corrige planilha; a planilha é que precisa respeitar o curral.

#### 4.10. Matriz de riscos e Estudo Técnico Preliminar disponibilizados apenas como capa

O Termo de Referência, página 16, item 24.1, lista como documentos integrantes do TR o Anexo III – Estudo Técnico Preliminar e o Anexo V – Matriz de Riscos.

O Termo de Referência, página 22, apresenta o Anexo III apenas com a página de abertura “ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR”. O Termo de Referência, página 24, apresenta o Anexo V apenas com a página de abertura “MATRIZ DE RISCOS”.

Além disso, o Termo de Referência, páginas 15 e 16, itens 22.1 a 22.10, afirma que a matriz de riscos define riscos, prevenção, responsabilidades, dimensionamento das propostas e hipóteses de recomposição econômico-financeira. Todavia, o conteúdo efetivo da matriz não aparece no material disponibilizado ao licitante.

Esse ponto não é meramente formal. A escolha entre uma política de equipamentos simples, equipamentos duplos, recipientes múltiplos ou recipiente único com entrada dupla impacta preço, logística, assistência técnica, garantia, aceitação, manutenção e risco de subutilização. Sem o conteúdo do ETP e sem matriz de riscos efetiva, a motivação da solução técnica fica incompleta justamente no ponto em que o planejamento deveria ser mais convincente.

A eficiência não mora na capa do Estudo Técnico; mora na razão demonstrada da escolha pública.

### **5. DELIMITAÇÃO DO VÍCIO**

O vício é objetivo e pode ser definido como inadequação técnica e insuficiência de motivação da modelagem dos itens 01 a 06 da Planilha de Quantidades e Preços Orçados,



com potencial comprometimento da eficiência, economicidade, competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa.

Não se trata de mera preferência comercial da impugnante. Também não se trata de substituir a competência técnica da Administração por uma conveniência privada. A questão é mais simples e mais séria: o edital precisa demonstrar que a solução escolhida é adequada à finalidade pública declarada.

A Codevasf reconheceu que a contratação visa apoiar pequenos produtores, modernizar a atividade leiteira, reduzir esforço manual, aumentar produtividade e melhorar higiene. Porém, a planilha estruturou 400 ordenhadeiras por litragem nominal, com grande quantidade de equipamentos simples, exigência literal de recipientes de 50 litros, configuração de 100 litros com dois recipientes, configuração de 200 litros com quatro recipientes e aparente subdimensionamento dos itens de quatro vacas por vez.

O vício também se manifesta na ausência, nos documentos disponibilizados, de estudo técnico demonstrando que a divisão entre 50, 100 e 200 litros produz maior resultado social do que a padronização em conjunto duplo móvel, com 08 teteiras e recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros com entrada dupla.

A Administração pode escolher. Mas, quando escolhe, precisa motivar. E, quando motiva, precisa demonstrar aderência entre necessidade, solução e resultado.

## **6. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

A Codevasf é empresa pública federal e submete-se ao regime jurídico da Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo das normas expressamente invocadas no próprio edital. O Edital, página 3, informa que o certame é regido pela Lei nº 13.303/2016, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto nº 8.538/2015, pelo Decreto nº 11.462/2023, pela Lei nº 14.133/2021, no que couber, e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

A Constituição Federal, em seu art. 37, caput, impõe à Administração Pública direta e indireta a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Também exige, no art. 37, XXI, que as contratações assegurem igualdade de condições entre concorrentes e somente admitam exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. ([Planalto](#))

No caso concreto, a eficiência é o princípio mais diretamente atingido. Não basta licitar. Não basta adjudicar. Não basta entregar fisicamente o equipamento. A política pública só se completa quando o objeto adquirido cumpre sua função na realidade do produtor rural.

A Lei nº 13.303/2016, aplicável às empresas estatais, estabelece o regime licitatório próprio das empresas públicas e sociedades de economia mista. O seu art. 31 impõe às licitações e contratos das estatais a observância de princípios como impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e obtenção de competitividade. ([Planalto](#))

Esse conjunto normativo não permite uma leitura estreita de “menor preço”. A seleção da proposta mais vantajosa, em política pública produtiva, não pode ser reduzida a preço unitário nominal se a solução técnica escolhida não maximiza utilidade, produtividade e aderência ao beneficiário final.

A Lei nº 14.133/2021, embora aplicada ao caso nos limites do edital e “no que couber”, reforça o mesmo eixo principiológico: planejamento, motivação, eficiência, economicidade, competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta apta a atender à necessidade pública. O TCU, ao sistematizar os princípios das contratações públicas, destaca que eficiência envolve a combinação otimizada dos parâmetros necessários para a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso à Administração, e que o planejamento abrange necessidade, requisitos, forma de seleção, modelo de execução e modelo de gestão do contrato. ([Planalto](#))

A Constituição também consagra, em seu art. 70, o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da aplicação dos recursos públicos. A economicidade não é economia de aparência. É relação entre custo e resultado. No presente caso, pelos próprios preços da Codevasf, a diferença entre a ordenhadeira simples e a solução dupla é proporcionalmente modesta frente ao ganho operacional que pode ser entregue ao produtor. Se a Administração pode entregar mais produtividade com acréscimo reduzido e racional, deve ao menos justificar por que optou por entregar solução inferior a parcela expressiva dos beneficiários.

Além disso, o art. 187 da Constituição orienta a política agrícola como política planejada, com consideração da realidade produtiva, da tecnologia, da assistência técnica e dos instrumentos de apoio ao setor. A compra de ordenhadeiras, tanques e forrageiras para pequenos produtores de Alagoas não é aquisição neutra. É instrumento de política agrícola. Por isso, a solução técnica deve dialogar com a vida real da atividade leiteira.

A licitação da Codevasf precisa chegar ao curral com a mesma coerência com que sai do papel.

O Tribunal de Contas da União consolidou orientação segundo a qual a definição precisa e suficiente do objeto licitado é regra indispensável da competição, inclusive como pressuposto da igualdade entre os licitantes. A Súmula TCU nº 177, citada no Manual de Licitações e Contratos do TCU, é diretamente pertinente, porque exige precisão suficiente para que todos compreendam as condições básicas da licitação. O mesmo manual registra riscos relacionados à definição imprecisa ou excessiva do objeto, como recebimento de propostas inadequadas, contratação que não atende à demanda da Administração, desperdício de recursos, limitação da competição e paralisação do certame. ([Licitações e Contratos](#))

O TCU também orienta que o julgamento por menor preço visa selecionar a proposta de menor dispêndio para a Administração, observados parâmetros mínimos de qualidade que assegurem o atendimento da necessidade que originou a licitação. O próprio TCU ressalta que menor dispêndio não se limita ao menor valor de proposta, pois custos indiretos relacionados ao ciclo de vida podem influenciar a vantajosidade. ([Licitações e Contratos](#))

Daí decorre a tese central: se a especificação entrega uma ordenhadeira formalmente aceitável, mas materialmente menos produtiva, menos ergonômica e menos aderente ao uso real, ela pode até produzir entrega física, mas não produz a melhor contratação pública.

A doutrina contemporânea de contratações públicas caminha na mesma direção. Marçal Justen Filho, em linha amplamente reconhecida, trata a licitação como instrumento de realização do interesse público, e não como ritual autônomo. Joel de Menezes Niebuhr enfatiza a centralidade do planejamento e do Termo de Referência para que a Administração descreva adequadamente sua necessidade e evite soluções que comprometam a competição ou a vantajosidade. Ronny Charles reforça, em sua produção doutrinária sobre contratações públicas, a importância da fase preparatória, da motivação e da aderência entre necessidade, solução e resultado. Celso Antônio Bandeira de Mello e Hely Lopes Meirelles, em suas formulações clássicas sobre Administração Pública, também orientam que o ato administrativo deve servir à finalidade pública legalmente protegida, sob pena de perda de legitimidade material.

Essa doutrina não é ornamento. Ela ilumina o caso concreto. A Codevasf não precisa de uma licitação apenas formalmente defensável. Precisa de uma contratação que, examinada sob a ótica da política pública, responda com clareza: por que essas 400 máquinas, com essa configuração, e não uma solução padronizada mais produtiva e mais aderente ao uso rural?

## **7. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA**

### **7.1. A ordenhadeira balde ao pé é equipamento móvel, não equipamento estático**

Uma ordenhadeira mecânica tipo balde ao pé não é equipamento fixo de bancada. É equipamento móvel, usualmente deslocado pelo operador até o animal, em rotina diária de ordenha. O produtor empurra o carrinho, posiciona o conjunto, acopla as teteiras, acompanha o vácuo, higieniza, desloca novamente o equipamento e repete o processo.

Por isso, a ergonomia e a mobilidade são elementos essenciais. Não são acessórios. Não são detalhes. São parte da utilidade mínima do objeto.

Quando o edital exige múltiplos recipientes de 50 litros, especialmente nos itens 03 a 06, a Administração precisa demonstrar que essa configuração não compromete a mobilidade e não cria ônus operacional desnecessário ao pequeno produtor. A ordenhadeira de Penedo será operada por pessoas reais, em propriedades reais, em rotina real. A planilha precisa enxergar esse chão.

### **7.2. A classificação por “50, 100 e 200 litros” não demonstra, sozinha, maior eficiência**

Os itens 01 a 06 foram desenhados em função da litragem nominal. Contudo, na prática da ordenha, o elemento de maior impacto para o pequeno produtor não é apenas o volume nominal do recipiente, mas a capacidade de ordenhar mais animais com segurança e regularidade, sem tornar o conjunto pesado, difícil de deslocar ou complexo de higienizar.

Um equipamento simples, para uma vaca por vez, tende a gerar menor produtividade operacional. Um equipamento duplo, para duas vacas por vez, com 08 teteiras e recipiente

adequado com entrada dupla, tende a proporcionar maior rendimento, redução de tempo de ordenha e melhor aproveitamento da política pública.

A pergunta administrativa correta não é apenas “quantos litros cabem no balde?”. A pergunta correta é: “que equipamento entrega melhor resultado ao produtor rural que irá utilizá-lo todos os dias?”.

### 7.3. A própria planilha demonstra que a solução dupla é economicamente plausível

A Planilha de Custos, página 1, fixa o item 01 e o item 02, conjuntos simples, ao valor unitário de R\$ 6.145,38. A mesma planilha, páginas 1 e 2, fixa os itens 03 e 04, conjuntos duplos, ao valor unitário de R\$ 7.046,02.

A diferença unitária entre o conjunto simples e o conjunto duplo é de R\$ 900,64. Isso representa diferença proporcional que, à luz da própria planilha da Codevasf, não se apresenta como salto econômico desproporcional diante do ganho prático de permitir a ordenha simultânea de duas vacas.

Mais ainda: a planilha estima os itens 05 e 06, de 200 litros, ao valor unitário de R\$ 9.970,64. Se a Administração reavaliar a aquisição para padronizar todas as 400 ordenhadeiras em solução dupla, tendo como referência aritmética inicial o próprio valor unitário dos itens 03 e 04, a despesa com ordenhadeiras passaria, em tese, de R\$ 2.739.479,00 para R\$ 2.818.408,00, diferença estimada de R\$ 78.929,00, antes de eventual pesquisa de preços revisada.

Esse exercício não substitui nova pesquisa de preços pela Administração. Ele apenas demonstra, com base na própria planilha oficial, que a padronização em conjunto duplo não é uma extravagância orçamentária. Ao contrário, pode representar uma reorganização de baixo impacto relativo e alto ganho público.

R\$ 78.929,00, em uma contratação global estimada em R\$ 7.313.235,00, pode separar uma entrega comum de uma política pública realmente transformadora.

### 7.4. O item simples entrega menos resultado com custo total praticamente já absorvido

Nos itens 01 e 02, a Administração já custeará equipamento, frete, carga, descarga, técnico no local, garantia mínima de 12 meses, manual, logomarca silkada, assistência técnica no Estado de entrega, seguro operacional e tributos. Esses custos fixos e logísticos já estarão embutidos no fornecimento.

Diante disso, a diferença entre entregar equipamento simples e entregar equipamento duplo deve ser analisada pelo custo total da política pública, não apenas pelo valor unitário isolado. Se a máquina já será fabricada, transportada, entregue, descarregada, acompanhada por técnico e garantida, é racional avaliar se o acréscimo para a solução dupla gera benefício desproporcionalmente maior ao produtor.

O custo logístico já vai até Penedo; **a produtividade também deveria chegar até lá.**

### 7.5. Os itens 05 e 06 carecem de justificativa técnica específica

Os itens 05 e 06 são especialmente sensíveis. A planilha exige ordenha de quatro vacas por vez, 16 teteiras, 04 recipientes de 50 litros, mas mantém bomba de vácuo de 300 litros e motor de 1 CV. Ao mesmo tempo, esses itens são denominados “conjunto duplo”, embora descrevam operação simultânea de quatro vacas.

Há, portanto, ao menos três inconsistências objetivas: denominação de conjunto duplo para quatro vacas, multiplicação de recipientes em equipamento móvel e ausência de memorial técnico demonstrando que bomba de vácuo de 300 litros e motor de 1 CV suportam adequadamente a operação prevista **(o que está claro que NÃO suportam)**.

Ainda que a Administração entenda tecnicamente possível essa configuração, é necessário demonstrar. A motivação técnica não pode ser presumida, especialmente quando o próprio TR exige proposta com descrição minuciosa, desempenho, dimensões, peso e características operacionais.

7.6. A exigência literal de recipiente de 50 litros pode restringir mercado sem ganho funcional

A impugnante, fabricante tradicional de máquinas agrícolas e ordenhadeiras, informa que o padrão comercial atual para ordenhadeiras móveis tipo balde ao pé utiliza recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros, em arranjo compatível com sistema simples ou duplo.

A exigência literal de recipiente de 50 litros pode afastar propostas tecnicamente equivalentes ou superiores, sem que o TR demonstre qual ganho funcional indispensável decorre especificamente dos 50 litros. Se a finalidade é permitir visualização do nível do leite, higienização, segurança e produtividade, o recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros com entrada dupla pode atender plenamente à necessidade.

Em licitação pública, **número sem justificativa vira barreira. Barreira sem necessidade vira perda de competição.**

7.7. A política pública deve ser aferida pela utilidade na ponta

O Termo de Referência, página 17, afirma que as ordenhadeiras reduzem esforço manual e aumentam produtividade. Essa é a finalidade. Logo, a escolha do equipamento precisa maximizar exatamente esses efeitos.

A fragmentação atual pode entregar 250 equipamentos simples, de menor produtividade; 100 equipamentos duplos com configuração de dois recipientes; e 50 equipamentos mais complexos, de aparente subdimensionamento. Em vez disso, a padronização em 400 conjuntos duplos, móveis, com 08 teteiras, recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros com entrada dupla e componentes compatíveis, tende a entregar maior uniformidade, maior facilidade de manutenção, maior previsibilidade de assistência técnica e melhor aproveitamento pelo produtor.

A política pública eficiente não termina no empenho. **Ela começa a ser julgada quando o produtor liga a máquina.**

## **8. NEXO CAUSAL ENTRE O VÍCIO, A COMPETIÇÃO, O JULGAMENTO E A VANTAJOSIDADE**

O vício de especificação impacta diretamente a competição porque fornecedores de equipamentos atuais, com recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros e entrada dupla, podem ser afastados ou forçados a formular proposta com “lista de desvios”, sujeita a aprovação posterior da Codevasf.

Impacta o julgamento objetivo porque propostas com recipientes de 45 litros, 50 litros, um recipiente com entrada dupla, dois recipientes, quatro recipientes, sistemas simples e sistemas duplos podem ser comparadas de forma desigual, caso a equivalência técnica não seja previamente definida.

Impacta a vantajosidade porque o menor preço por item pode premiar equipamento formalmente aderente ao texto, mas inferior em produtividade, ergonomia e resultado social.

Impacta a execução porque o recebimento técnico, a fiscalização, a assistência e a garantia poderão enfrentar divergências entre a letra do edital, a melhor técnica consagrada pelo uso e a utilidade real para o beneficiário final.

Impacta o erário porque equipamento subutilizado, mal dimensionado ou pouco ergonômico gera desperdício indireto: o bem é entregue, a despesa é executada, mas o resultado público não se realiza em sua plenitude.

Na compra de 400 ordenhadeiras, a pior perda não é apenas pagar caro; é pagar corretamente por algo que poderia servir muito melhor, mas infelizmente, não foi planejado o suficiente para tal.

## **9. CENÁRIOS PRÁTICOS QUE DEMONSTRAM O RISCO DA MANUTENÇÃO DO EDITAL**

9.1. Primeiro cenário: o produtor recebe uma ordenhadeira simples quando poderia receber uma dupla

Imagine um pequeno produtor de leite em Alagoas recebendo uma ordenhadeira simples, de uma vaca por vez, quando a própria política pública poderia entregar, com acréscimo proporcionalmente reduzido, um conjunto duplo apto à ordenha simultânea de duas vacas.

A consequência operacional é imediata: mais tempo de ordenha, menor produtividade por hora e menor impacto na rotina de trabalho. A consequência financeira é o menor retorno social por real investido. A consequência administrativa é a percepção de que a política entregou a máquina, mas não entregou o melhor resultado possível. Não é simplesmente fazer, é fazer bem feito, fazer o melhor possível, isso é eficiência, isso é governança, isso é, de fato, cuidado com o povo e com o dinheiro público.

Corrigir agora é a medida responsável, porque impede que 250 unidades sejam adquiridas em padrão inferior ao potencial de eficiência demonstrado pela própria planilha.

9.2. Segundo cenário: o beneficiário enfrenta dificuldade com múltiplos recipientes

Nos itens 03 e 04, a especificação exige dois recipientes de 50 litros. Em equipamento móvel tipo balde ao pé, múltiplos recipientes podem aumentar peso, complexidade de deslocamento, higienização e manuseio.

A consequência operacional é a redução da ergonomia. A consequência operacional é a manutenção de uma configuração que pode não ser a mais racional. A consequência institucional é a entrega de equipamento menos aderente ao uso real do produtor.

Corrigir agora permite que a Administração aceite recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros com entrada dupla, preservando desempenho e aumentando racionalidade operacional.

9.3. Terceiro cenário: o item 05 exige quatro vacas por vez com parâmetros não demonstrados

Nos itens 05 e 06, a exigência de quatro vacas por vez, 16 teteiras, quatro recipientes e a mesma bomba de vácuo de 300 litros com motor de 1 CV abre espaço para questionamento técnico legítimo.

A consequência operacional pode ser instabilidade, desempenho inferior ou necessidade de ajustes não previstos. A consequência financeira pode ser garantia acionada, substituições, retrabalho e custo de assistência. A consequência administrativa pode ser controvérsia no recebimento e eventual apreciação por controle externo caso se constate falha de planejamento.

Corrigir agora evita que a Codevasf contrate complexidade sem memorial técnico correspondente.

9.4. Quarto cenário: licitantes apresentam soluções com 45 litros e são tratados de forma desigual

Se um licitante ofertar recipiente de 45 litros com entrada dupla, tecnicamente equivalente e funcional, e outro ofertar literalmente 50 litros, o edital não deixa claro, de forma objetiva, se a solução de 45 litros será aceita.

A consequência operacional pode ser a exclusão de equipamentos modernos. A consequência financeira pode ser perda de concorrência e preços menos competitivos. A consequência administrativa é o julgamento dependente de aprovação posterior de “desvios”, nos termos do item 8.1, b1, do TR.

Corrigir agora transforma subjetividade em critério claro.

9.5. Quinto cenário: a fiscalização invoca a melhor técnica consagrada pelo uso

O TR, página 12, item 16.3, permite à fiscalização rejeitar fornecimentos em desacordo com a melhor técnica consagrada pelo uso. Se a melhor técnica de mercado aponta para solução com recipiente de aproximadamente 45 litros e conjunto duplo funcional, mas o edital exige 50 litros e múltiplos recipientes, cria-se tensão entre aceitação formal e aceitação técnica.

A consequência operacional é insegurança no recebimento. A consequência financeira é risco de substituições e atraso de pagamento. A consequência administrativa é controvérsia evitável.

Corrigir agora alinha edital, mercado e fiscalização.

#### 9.6. Sexto cenário: a Administração executa a compra e depois percebe baixa efetividade

Uma compra pública pode ser formalmente entregue e, ainda assim, produzir baixo resultado. Se parte expressiva das ordenhadeiras for simples, com menor capacidade operacional, ou se modelos com múltiplos recipientes forem pouco ergonômicos, a utilização pelos produtores pode ser reduzida.

A consequência operacional é a subutilização. A consequência financeira é desperdício de potencial público. A consequência institucional é o desgaste por política que não chega inteira à última linha.

Corrigir agora preserva o sentido público da contratação.

#### 9.7. Sétimo cenário: assistência técnica e garantia ficam mais complexas pela fragmentação

A contratação atual cria três famílias de ordenhadeiras: 50, 100 e 200 litros. Essa fragmentação aumenta a diversidade de configuração, peças, recipientes e arranjos de operação.

A consequência operacional é maior complexidade de suporte. A consequência financeira é maior custo de estoque, manutenção e garantia. A consequência administrativa é dificuldade de padronização e acompanhamento, e tudo isso gera menor competição na hora do certame, o que eleva diretamente o preço da contratação.

Corrigir agora favorece escala, padronização, suporte técnico mais eficiente e disputa com lances mais agressivos, visando o melhor preço pelo melhor produto.

#### 9.8. Oitavo cenário: a comparação de preços por item não revela o custo total da política pública

O critério de julgamento é menor preço por item. Contudo, o custo total da política não se limita ao preço da unidade. Inclui frete, descarga, técnico, manual, garantia, assistência, manutenção, eventual subutilização e resultado social.

A consequência operacional é selecionar o item mais barato, mas não necessariamente o melhor para a necessidade pública. A consequência financeira é perda de economicidade material. A consequência administrativa é fragilidade de motivação.

Corrigir agora permite que o menor preço dispute dentro de uma solução mínima verdadeiramente eficiente.

#### 9.9. Nono cenário: controle social questiona a escolha técnica após a entrega



O certame é público, financiado com recursos públicos e destinado a beneficiários reais. Se produtores, associações, órgãos de controle ou interessados verificarem que a configuração escolhida poderia ter sido substituída por solução mais produtiva, com pequeno impacto relativo, a contratação poderá ser questionada por baixa efetividade.

A consequência operacional já terá ocorrido: máquinas entregues. A consequência financeira já terá sido executada: recursos gastos. A consequência institucional será retrabalho, explicações e eventual necessidade de correção futura.

Corrigir antes da sessão é governança. Corrigir depois da entrega é tentar devolver eficiência ao que já foi distribuído.

9.10. Décimo cenário: a ausência de ETP e matriz de riscos efetivos fragiliza a motivação

O TR lista Estudo Técnico Preliminar e Matriz de Riscos como anexos, mas o material disponibilizado apresenta apenas páginas de abertura. Se a Administração possui esses documentos, sua disponibilização ou, ao menos, a explicitação da motivação técnica da escolha, é essencial para que os licitantes compreendam por que a segmentação em 50, 100 e 200 litros foi eleita.

A consequência operacional é dúvida sobre o modelo. A consequência financeira é preço formado sobre risco técnico não esclarecido. A consequência institucional é fragilidade documental.

Corrigir agora fortalece a própria Codevasf.

## **10. REFUTAÇÃO PREVENTIVA DE POSSÍVEIS OBJEÇÕES**

10.1. Discricionariedade técnica não afasta dever de motivação

É certo que a Administração possui margem de discricionariedade técnica para definir o objeto. Contudo, discricionariedade não é liberdade sem demonstração. Em contratação pública, a escolha técnica deve ser motivada, proporcional, aderente à necessidade e compatível com o mercado.

A impugnante não pede que a Codevasf adote uma marca, um fabricante ou uma preferência privada. Pede que a Administração reavalie se a arquitetura atual dos itens 01 a 06 efetivamente entrega a melhor solução ao pequeno produtor rural.

A discricionariedade da Codevasf é respeitada; o silêncio técnico da especificação é que precisa ser saneado.

10.2. A alegação de que “não restringe” não supera a restrição prática

Pode-se afirmar que qualquer fornecedor pode ofertar equipamentos conforme o edital. Mas a restrição prática não se mede apenas pela possibilidade formal de participar. Mede-se pela compatibilidade da especificação com o padrão real de mercado e com a finalidade pública.

Se o edital exige literalmente recipiente de 50 litros e o padrão atual é aproximadamente 45 litros, com funcionalidade equivalente ou superior, a competição pode ser reduzida sem necessidade. Se a solução de 45 litros depende de aprovação posterior como “desvio”, o julgamento perde previsibilidade.

Competição real não é permitir entrada na disputa; é permitir disputa sob critérios tecnicamente justificados.

#### 10.3. A urgência da contratação não justifica manutenção do vício

O TR, página 18, menciona celeridade, eficiência e atendimento de demandas por Sistema de Registro de Preços. A impugnante reconhece a importância da celeridade. Contudo, urgência não corrige especificação inadequada.

A pressa em entregar bens ao produtor rural deve aumentar, e não diminuir, o cuidado com a solução técnica. Uma retificação antes da sessão preserva a isonomia, evita disputa insegura e reduz risco de impugnações posteriores, fracasso, recursos ou controvérsias no recebimento.

Em Penedo, a urgência será legítima quando caminhar junto com utilidade.

#### 10.4. A alegação de que “sempre foi assim” não sustenta planejamento público

Ainda que determinadas nomenclaturas de “50 litros”, “100 litros” e “200 litros” tenham sido historicamente utilizadas, a Administração não está vinculada a nomenclatura antiga quando a realidade técnica, a ergonomia e o padrão de mercado indicam solução mais eficiente.

A política pública precisa ser planejada para o presente uso do produtor, não para a memória de catálogos ultrapassados.

#### 10.5. A retificação não direciona a licitação

A proposta de retificação não indica marca, modelo exclusivo, fabricante específico ou característica inacessível ao mercado. Ao contrário, sugere descrição funcional, baseada em desempenho: conjunto duplo, ordenha simultânea de duas vacas, 08 teteiras, recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros com entrada dupla, bomba de vácuo e motor compatíveis, manual, garantia e assistência.

Essa redação tende a ampliar a competição, porque desloca o foco da litragem literal para o desempenho verificável.

A Codevasf não precisa escolher um fornecedor. Precisa escolher uma solução pública bem descrita.

### **11. SOLUÇÃO PROPOSTA**

A solução mais proporcional, objetiva e eficiente é a retificação dos itens 01 a 06 da Planilha de Quantidades e Preços Orçados, para substituir a atual fragmentação em ordenhadeiras de 50, 100 e 200 litros por especificação padronizada de ordenhadeira móvel tipo balde ao

pé, conjunto duplo, apta à ordenha simultânea de duas vacas, com 08 teteiras, recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros com entrada dupla, bomba de vácuo e motorização compatíveis.

A Administração poderá preservar, se entender adequado, a divisão entre ampla concorrência e cota reservada para ME/EPP, mantendo a lógica de participação prevista no Edital, página 4, item 1.1.2. O ponto a ser corrigido não é a política de cotas, mas a especificação técnica das ordenhadeiras.

#### 11.1. Redação substitutiva sugerida

Onde se lê, nos itens 01 e 02:

“Ordenhadeira mecânica tipo balde ao pé 50 litros - conjunto simples completo para ordenha de uma vaca por vez.”

Leia-se:

“Ordenhadeira mecânica móvel tipo balde ao pé, conjunto duplo completo, apta à ordenha simultânea de duas vacas por vez, com capacidade operacional mínima compatível com a atividade leiteira familiar, contendo 01 recipiente semitransparente com capacidade nominal mínima de aproximadamente 45 litros, com entrada dupla compatível com dois conjuntos de ordenha, tampa do tarro em inox AISI 304 com junta de vedação, pulsador alternado, 08 teteiras, mangueiras e conexões compatíveis, tubulação completa com regulador de vácuo e vacuômetro, lavador automático, depósito de vácuo, bomba de vácuo de 300 litros ou superior, motor elétrico mínimo de 1 CV, monofásico, 220 V, polia, correia, esticador, protetor de correia e carrinho para transporte. Deverá acompanhar manual em português, garantia mínima de 12 meses, relação de assistência técnica autorizada e logomarca da Codevasf silkada em local visível.”

Onde se lê, nos itens 03 e 04:

“Ordenhadeira mecânica tipo balde ao pé 100 litros - conjunto duplo completo para ordenha de duas vacas por vez [...] 02 recipientes de 50 litros semi transparente.”

Leia-se:

“Ordenhadeira mecânica móvel tipo balde ao pé, conjunto duplo completo, apta à ordenha simultânea de duas vacas por vez, com 08 teteiras, contendo 01 recipiente semitransparente com capacidade nominal mínima de aproximadamente 45 litros, com entrada dupla compatível com dois conjuntos de ordenha, admitida capacidade superior, desde que preservadas a ergonomia, mobilidade, funcionalidade, higienização e segurança operacional do conjunto, mantidos os demais componentes técnicos necessários ao pleno funcionamento, manual em português, garantia mínima de 12 meses e logomarca da Codevasf silkada em local visível.”

Onde se lê, nos itens 05 e 06:

“Ordenhadeira mecânica tipo balde ao pé 200 litros - conjunto duplo completo para ordenha de quatro vacas por vez [...] 04 recipientes de 50 litros [...] 16 teteiras [...] bomba de vácuo 300 litros [...] motor elétrico, 1 CV.”

Leia-se:

“Ordenhadeira mecânica móvel tipo balde ao pé, conjunto duplo completo, apta à ordenha simultânea de duas vacas por vez, com 08 teteiras, contendo 01 recipiente semitransparente com capacidade nominal mínima de aproximadamente 45 litros, com entrada dupla compatível com dois conjuntos de ordenha, bomba de vácuo, motor elétrico, mangueiras, pulsador, lavador, depósito de vácuo, carrinho e demais componentes compatíveis com a operação, manual em português, garantia mínima de 12 meses, assistência técnica no Estado de entrega e logomarca da Codevasf silkada em local visível.”

Subsidiariamente, caso a Codevasf opte por manter itens destinados à ordenha simultânea de quatro vacas, requer-se que os itens 05 e 06 sejam tecnicamente redimensionados, com memorial justificativo da potência do motor, vazão da bomba de vácuo, quantidade de tomadas de vácuo, quantidade de recipientes, peso, ergonomia, mobilidade e capacidade operacional, de modo a afastar o risco de subdimensionamento e assegurar julgamento objetivo.

#### 11.2. Providências documentais complementares

Além da retificação técnica dos itens 01 a 06, requer-se:

a disponibilização do Estudo Técnico Preliminar efetivo, referido no Termo de Referência, página 16, item 24.1, e apresentado apenas como capa na página 22;

a disponibilização da Matriz de Riscos efetiva, referida no Termo de Referência, páginas 15 e 16, itens 22.1 a 22.10, e apresentada apenas como capa na página 24;

a explicitação da motivação técnica para eventual manutenção da divisão em 50, 100 e 200 litros;

a indicação expressa de aceitação, ou não, de recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros com entrada dupla como solução equivalente ou superior;

a indicação expressa de que a retificação, caso acolhida, será acompanhada de republicação e reabertura de prazo, por impactar preço, competição e formulação das propostas.

## 12. JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA CITADAS

### 12.1. Constituição Federal

Foram invocados os arts. 37, caput e inciso XXI, 70 e 187 da Constituição Federal, relativos aos princípios da Administração Pública, igualdade de condições nas licitações, economicidade do gasto público e política agrícola planejada.

### 12.2. Lei nº 13.303/2016

Foi invocado o regime jurídico das empresas estatais, especialmente os princípios de eficiência, economicidade, competitividade, julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório e seleção da proposta mais vantajosa, aplicáveis às licitações da Codevasf.

#### 12.3. Lei nº 14.133/2021

Foi invocada como reforço principiológico e na extensão admitida pelo próprio edital, especialmente quanto a planejamento, motivação, eficiência, julgamento objetivo, vantajosidade, qualidade mínima e governança nas contratações públicas.

#### 12.4. Tribunal de Contas da União

Foi invocada a Súmula TCU nº 177, segundo a qual a definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição e pressuposto da igualdade entre licitantes. O Manual de Licitações e Contratos do TCU também registra que o edital deve apresentar objeto claro e preciso, e alerta que definição imprecisa, excessiva ou irrelevante pode gerar propostas inadequadas, limitação da competição, desperdício de recursos e paralisação do certame. ([Licitações e Contratos](#))

Também foram considerados os entendimentos do TCU, reunidos em seu Manual de Licitações e Contratos, no sentido de que o julgamento por menor preço deve observar parâmetros mínimos de qualidade e atendimento à necessidade que originou a contratação, não se confundindo menor preço com menor utilidade. ([Licitações e Contratos](#))

#### 12.5. Doutrina

Foram invocados, sem transcrição literal e sem indicação bibliográfica específica, os entendimentos gerais de Marçal Justen Filho, Joel de Menezes Niebuhr, Ronny Charles, Celso Antônio Bandeira de Mello e Hely Lopes Meirelles, todos no ponto comum de que a contratação pública deve ser compreendida como instrumento de realização do interesse público, dependente de planejamento adequado, motivação, definição precisa do objeto, aderência à finalidade e busca da solução mais vantajosa em sentido material.

### **13. DAS INCONSISTÊNCIAS FORMAIS COMPLEMENTARES QUE REFORÇAM A NECESSIDADE DE SANEAMENTO DO EDITAL**

A presente impugnação já demonstrou, em seu núcleo principal, que a modelagem técnica das ordenhadeiras dos itens 01 a 06 demanda reavaliação substancial, por risco de baixa eficiência material da política pública, inadequação operacional, restrição prática à competitividade e comprometimento da vantajosidade em sentido real.

Contudo, a análise do processo revela que a questão não se encerra na especificação das ordenhadeiras. Há, também, inconsistências formais complementares em outros pontos do instrumento convocatório e de seus anexos que reforçam a necessidade de saneamento prévio do certame.

Essas inconsistências não devem ser tratadas como meras imperfeições de redação, nem como detalhes administrativos sem consequência. Em licitação pública, a forma não é

ornamento; a forma é garantia. É ela que permite ao licitante compreender o objeto, formular preço com segurança, apresentar proposta comparável, disputar em igualdade de condições e executar o contrato sem surpresas artificiais.

Quando documentos oficiais do mesmo processo comunicam informações divergentes, o problema deixa de ser estético e passa a ser jurídico. A divergência entre edital, Termo de Referência, planilha, cadastro do Compras.gov e anexos técnicos rompe a linearidade necessária à disputa. O licitante deixa de enxergar um único objeto e passa a navegar entre versões distintas do mesmo fornecimento.

A licitação precisa falar uma só língua. Quando o edital diz uma coisa, o sistema diz outra e a planilha acrescenta uma terceira leitura, o julgamento objetivo fica exposto a controvérsia.

No presente caso, as inconsistências formais incidem sobre elementos sensíveis da contratação: descrição técnica dos itens, potência de equipamentos, tratamento diferenciado para ME/EPP, subcontratação, Estudo Técnico Preliminar, Matriz de Riscos, montagem, supervisão de montagem, critério de julgamento, prazo contratual, justificativa de garantia e comprovação de sustentabilidade ambiental.

Não se trata, portanto, de vício isolado. Trata-se de um conjunto de sinais documentais que revela a necessidade de revisão cuidadosa da fase preparatória antes da sessão pública.

O saneamento prévio não prejudica a Administração. Ao contrário, protege a Codevasf, preserva a isonomia, qualifica a disputa, reduz risco de recursos, evita retrabalho, fortalece a execução contratual e resguarda o erário. Corrigir antes da sessão é exercício de governança; permitir que a disputa avance com divergências objetivas é transferir para a fase de julgamento e execução um problema que pertence à fase de planejamento.

A seguir, demonstram-se as principais inconsistências formais complementares.

### **13.1. Divergência entre a descrição dos itens 01 a 06 no Compras.gov e a descrição constante do Termo de Referência e da Planilha de Custos**

A primeira inconsistência formal decorre da divergência entre a descrição cadastrada na Relação de Itens do Compras.gov e a descrição constante do Termo de Referência e da Planilha de Quantidades e Preços Orçados.

Na Relação de Itens do Compras.gov, os itens 01 a 06 aparecem com descrição genérica de “Ordanhadeira Mecânica”, indicando, entre outros dados, capacidade de bomba de 120 L/min, altura de 2 m, largura de 4 m e comprimento de 10 m.

Entretanto, o Termo de Referência e a Planilha de Custos descrevem ordanhadeiras mecânicas tipo balde ao pé, de 50, 100 e 200 litros, com bomba de vácuo de 300 litros, motor elétrico de 1 CV, recipientes semitransparentes, teteiras, mangueiras, pulsador, lavador automático, depósito de vácuo, carrinho de transporte, manual em português, garantia mínima de 12 meses e logomarca da Codevasf silkada em local visível.

A divergência é relevante porque a disputa será operacionalizada no ambiente do Compras.gov. É no sistema que o licitante cadastra proposta, acompanha a disputa, formula

lances e se vincula ao item. Por isso, não se pode minimizar a descrição sistêmica como se fosse um elemento meramente secundário. O sistema não é uma peça decorativa do processo; ele é a arena oficial da competição.

Ainda que se sustente, em tese, a prevalência do Termo de Referência sobre a descrição do cadastro sistêmico, essa solução não elimina o vício. A prevalência jurídica posterior não apaga a insegurança prática anterior. O licitante continua diante de duas descrições oficiais: uma no sistema onde deve ofertar e outra no anexo técnico que regerá a aceitação e o recebimento.

Essa divergência pode induzir licitantes a erro na escolha do produto, na formulação do preço, na apresentação do catálogo, na declaração de conformidade, na indicação de marca/modelo e na estratégia de lance. Também pode criar disputas posteriores quanto à aceitação técnica, especialmente se a descrição cadastrada no sistema não corresponder ao produto efetivamente exigido pela fiscalização.

A Administração exige do particular proposta clara, precisa, completa e aderente. Essa exigência é legítima. Mas, por simetria institucional, os documentos da Administração também devem ser claros, precisos, completos e aderentes entre si.

O licitante não pode ser obrigado a adivinhar qual descrição oficial será tratada como verdadeira no momento decisivo.

No caso das ordenhadeiras, essa divergência é ainda mais sensível porque a discussão principal da presente impugnação recai justamente sobre a funcionalidade, a ergonomia, o dimensionamento e a utilidade real dos equipamentos. Se o próprio cadastro do sistema não reproduz fielmente a especificação do Termo de Referência, a comparação de propostas fica contaminada desde a origem.

O objeto licitado precisa ser o mesmo no edital, no Termo de Referência, na planilha e no portal eletrônico. Quando isso não ocorre, a disputa deixa de ser plenamente objetiva e passa a depender de interpretação posterior.

Requer-se, portanto, que a Codevasf promova a compatibilização da descrição dos itens 01 a 06 no Compras.gov com a descrição técnica efetiva constante do Termo de Referência e da Planilha de Custos, ou, alternativamente, esclareça de forma expressa e vinculante qual descrição prevalecerá para fins de proposta, julgamento, aceitação, fornecimento, fiscalização, recebimento e pagamento.

### **13.2. Divergência entre a potência das forrageiras dos itens 07 e 08: Compras.gov indica 5 CV, enquanto o Edital, o DOU, o Termo de Referência e a Planilha indicam 3 CV**

A segunda inconsistência formal é objetiva e de alta relevância técnica.

O Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial da União informa que o certame contempla 1.000 forrageiras com potência de 3 CV. O Edital, em sua descrição do objeto, também indica forrageiras com potência de 3 CV. O Termo de Referência e a Planilha de Custos igualmente tratam os itens 07 e 08 como moinho triturador forrageiro de 3 CV.

Entretanto, a Relação de Itens do Compras.gov descreve os itens 07 e 08 como “Conjunto Forrageiro” com motor monofásico de 5 CV e 2 polos, além de indicar capacidade de produção e peso aproximado.

A divergência não é lateral. A potência do motor é elemento essencial da especificação técnica. Uma forrageira de 3 CV não é o mesmo objeto que uma forrageira de 5 CV. A diferença impacta custo de fabricação, preço de venda, consumo elétrico, peso, estrutura, desempenho, logística, estoque, catálogo, assistência técnica e conformidade no recebimento.

Em termos licitatórios, isso afeta a própria identidade do item. O licitante que precifica 3 CV disputa uma realidade econômica. O licitante que precifica 5 CV disputa outra. Se ambos entram no mesmo item, a competição deixa de comparar propostas equivalentes e passa a comparar interpretações distintas do objeto.

O menor preço só é legítimo quando os licitantes disputam o mesmo fornecimento. Se um competidor calcula 3 CV e outro calcula 5 CV, o sistema até pode ordenar lances, mas a Administração não estará comparando soluções homogêneas.

Essa inconsistência pode gerar quatro efeitos graves.

Primeiro, pode levar licitantes a formular preço acima do necessário, se tomarem como base a exigência sistêmica de 5 CV quando o Termo de Referência exige 3 CV.

Segundo, pode levar licitantes a formular preço incompatível com a execução, se entenderem que o objeto é 3 CV, mas a fiscalização ou o sistema gerar interpretação diversa.

Terceiro, pode reduzir a competitividade, afastando fornecedores que atendem perfeitamente ao objeto de 3 CV, mas não possuem ou não pretendem ofertar modelo de 5 CV.

Quarto, pode criar controvérsia no recebimento, porque a Administração poderá ter adjudicado item em ambiente eletrônico cuja descrição não coincide com a especificação técnica que pretende exigir.

A disputa dos itens 07 e 08 não pode iniciar com duas potências oficiais convivendo no mesmo processo.

A Codevasf não deve permitir que o licitante descubra, depois do lance, qual potência realmente será exigida. Essa informação precisa estar saneada antes da abertura da sessão, pois a potência é componente de preço, de produto e de execução.

Requer-se, portanto, a correção imediata do cadastro dos itens 07 e 08 no Compras.gov, para compatibilizá-lo com o Edital, o Termo de Referência, a Planilha de Custos e o Aviso publicado no DOU, ou, subsidiariamente, que a Codevasf esclareça expressamente qual especificação prevalecerá, com republicação e reabertura de prazo caso a correção afete a formulação das propostas.

### **13.3. Divergência quanto ao tratamento diferenciado do item 10**



A terceira inconsistência diz respeito ao tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte no item 10.

O Edital e o Termo de Referência indicam que os itens 02, 04, 06, 08 e 10 correspondem às cotas reservadas de até 25% para ME/EPP. A Planilha de Custos também apresenta o item 10 como cota reservada.

Todavia, a Relação de Itens do Compras.gov indica, para o item 10, “Tratamento Diferenciado: Não”.

Essa divergência afeta diretamente a estrutura jurídica da competição. O tratamento diferenciado não é uma informação meramente cadastral; ele define a forma de participação, a elegibilidade dos licitantes, o alcance da disputa, a aplicação dos benefícios legais, a estratégia de preços, o universo competitivo e a própria adjudicação.

Em um sistema de pregão eletrônico, o tratamento diferenciado precisa estar corretamente refletido no portal. Se o item é reservado, o sistema deve operar como item reservado. Se não é reservado, o edital não pode anunciar reserva que o sistema não reconhece. A divergência entre edital e cadastro eletrônico cria um ambiente de incerteza que compromete especialmente as empresas que dependem da correta identificação da cota para decidir sua participação.

A política de cotas para ME/EPP só produz seus efeitos quando o edital, a planilha e o sistema caminham juntos. Se o sistema nega a reserva enquanto o edital a afirma, o benefício legal fica sujeito à dúvida operacional.

Além disso, a divergência pode gerar questionamentos posteriores de licitantes que se sintam indevidamente admitidos, excluídos, preteridos ou prejudicados no item 10. Não se trata apenas de saber quem vencerá, mas de assegurar que todos saibam, antes da disputa, quais são as regras de acesso ao item.

A cota reservada não pode existir apenas no papel. Ela precisa existir também no ambiente eletrônico onde a licitação acontece.

Requer-se, portanto, que a Codevasf corrija o cadastro do item 10 no Compras.gov, caso de fato se trate de cota reservada, ou, alternativamente, retifique o edital, o Termo de Referência e a Planilha de Custos, esclarecendo de modo inequívoco o tratamento jurídico aplicável ao referido item.

#### **13.4. Contradição entre a vedação de subcontratação e as referências à empresa subcontratada**

Outra inconsistência formal relevante está na contradição entre a vedação de subcontratação e a existência de disposições que fazem referência à empresa subcontratada.

O Termo de Referência veda a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos. A regra, tomada isoladamente, é clara: o objeto deve ser executado pela contratada, sem transferência de parcela do fornecimento a terceiros.

Contudo, o conjunto documental apresenta referências à subcontratada, inclusive ao tratar de habilitação e de aproveitamento de atestados, mencionando a possibilidade de atestados em nome da licitante e de sua subcontratada em relação ao objeto fornecido.

Essa contradição compromete a clareza da habilitação e da execução contratual.

Se a subcontratação é vedada em sua totalidade, não há razão jurídica para disciplinar habilitação de subcontratada, nem para admitir atestados relacionados a subcontratada. Se, ao contrário, alguma forma de subcontratação é admitida, o edital deve delimitar com precisão qual parcela poderá ser subcontratada, em que condições, com quais documentos, sob qual responsabilidade e com quais reflexos na execução.

A Administração não pode exigir que o licitante decida, por conta própria, se deve seguir a cláusula que proíbe subcontratar ou a cláusula que considera a existência de subcontratada.

Essa inconsistência é ainda mais relevante porque o objeto envolve equipamentos compostos, assistência técnica, transporte, descarga, eventual montagem, garantia, manutenção e suporte. Há diferença jurídica e operacional entre fornecimento do objeto por terceiro, assistência técnica autorizada, parceria local de suporte e subcontratação de parcela do contrato.

O próprio Termo de Referência admite a comprovação de assistência técnica no Estado de entrega e permite que a assistência seja garantida por parcerias com empresas locais. Essa previsão é legítima e operacionalmente compreensível. Mas ela precisa ser distinguida da subcontratação do objeto. Assistência técnica local não deve ser confundida com transferência da obrigação principal de fornecer os equipamentos.

Se essa distinção não for feita, o licitante pode ficar em dúvida sobre como estruturar sua proposta, sua documentação técnica, sua rede de assistência e sua responsabilidade contratual.

A vedação de subcontratação precisa ser regra clara, não zona cinzenta entre execução, assistência e habilitação.

Requer-se, portanto, que a Codevasf compatibilize as disposições do edital e de seus anexos, esclarecendo se a subcontratação é efetivamente vedada em sua totalidade ou se haverá hipótese excepcional admitida, promovendo a exclusão ou retificação das cláusulas incompatíveis e distinguindo expressamente subcontratação do objeto de parceria local para assistência técnica.

### **13.5. Estudo Técnico Preliminar e Matriz de Riscos listados como anexos, mas disponibilizados apenas como capa**

O Termo de Referência lista o Estudo Técnico Preliminar e a Matriz de Riscos como documentos integrantes do processo. Entretanto, no material disponibilizado, o Anexo III aparece apenas como página de abertura do “Estudo Técnico Preliminar” e o Anexo V aparece apenas como página de abertura da “Matriz de Riscos”, sem o conteúdo efetivo correspondente.

Essa inconsistência é uma das mais relevantes do ponto de vista do planejamento.

O Estudo Técnico Preliminar é o documento vocacionado a demonstrar a necessidade da contratação, o problema público a ser enfrentado, as alternativas consideradas, a justificativa da solução escolhida, a estimativa de quantidades, a compatibilidade com o mercado, os riscos de execução e a racionalidade do modelo adotado.

A Matriz de Riscos, por sua vez, deve organizar eventos previsíveis, responsabilidades, formas de prevenção, medidas de mitigação, consequências contratuais e hipóteses de recomposição. Em uma contratação dessa natureza, que envolve fabricação, transporte, descarga, assistência técnica, garantia, montagem/supervisão e entrega de bens a serem utilizados por pequenos produtores, a matriz de riscos não é documento acessório; é peça de compreensão do custo e da execução.

No presente caso, a ausência de conteúdo efetivo desses anexos é especialmente sensível porque a impugnação discute exatamente planejamento, eficiência, dimensionamento técnico, utilidade do objeto, risco de subutilização e coerência da solução adotada.

Se a Administração possui ETP e Matriz de Riscos, eles devem estar integralmente disponíveis aos interessados. Se não os possui, ou se foram disponibilizados apenas parcialmente, há fragilidade na transparência da fase preparatória. E, se a fase preparatória não revela suas razões, o licitante fica impedido de compreender por que a Codevasf escolheu determinadas configurações técnicas em detrimento de outras.

A Administração afirma que o escopo foi definido de forma criteriosa e objetiva. O ETP e a Matriz de Riscos seriam justamente os documentos capazes de demonstrar essa afirmação. Porém, se o licitante recebe apenas a capa, recebe o título sem a razão, a promessa sem o conteúdo, o nome do planejamento sem a sua demonstração.

Planejamento público não se comprova pela existência nominal de um anexo. Comprova-se pela motivação técnica que esse anexo revela.

Essa lacuna também impacta a formação de preços. O licitante precisa saber como foram considerados riscos de descarga, montagem, assistência, falha de dimensionamento, divergência de especificação, recebimento, substituição, garantia e sustentabilidade. Sem a matriz, parte dos riscos permanece oculta ou indeterminada.

O risco não desaparece quando não é escrito; apenas muda de lugar e reaparece no preço, na execução ou na controvérsia.

Requer-se, portanto, que a Codevasf disponibilize integralmente o Estudo Técnico Preliminar e a Matriz de Riscos efetivos, ou, caso inexistentes ou incompletos, reconheça a necessidade de saneamento da fase preparatória, com a devida motivação técnica das escolhas realizadas, especialmente quanto à modelagem das ordens de compra, às especificações das forrageiras, à logística, à montagem/supervisão e aos critérios de recebimento.

### **13.6. Previsão de montagem e supervisão de montagem sem delimitação operacional suficiente**

O Termo de Referência estabelece que a montagem dos equipamentos e a supervisão de montagem fazem parte do escopo de fornecimento. Todavia, o objeto geral do certame é descrito como fornecimento de tanques, forrageiras e ordenhadeiras, com entrega na Codevasf, no município de Penedo/AL.

A previsão de montagem e supervisão de montagem, sem delimitação operacional precisa, cria obrigação acessória relevante e economicamente sensível.

Não está suficientemente claro se a montagem ocorrerá apenas no local de entrega da Codevasf, se ocorrerá nas propriedades dos beneficiários finais, se envolverá todos os equipamentos ou apenas determinados itens, se exigirá instalação elétrica, se incluirá teste operacional, se demandará treinamento de operadores, se exigirá responsável técnico, se dependerá de infraestrutura da Codevasf ou da contratada, nem como será documentada para fins de recebimento e pagamento.

A dúvida é relevante porque “montagem” não é palavra neutra em contratação de equipamentos. Ela pode significar simples conferência de componentes, acoplamento de partes, instalação física, teste de funcionamento, orientação operacional, entrega técnica ou supervisão em campo. Cada uma dessas hipóteses possui custo, prazo e risco próprios.

Quando a montagem entra no escopo sem fronteiras claras, o preço deixa de refletir apenas o fornecimento e passa a carregar uma incerteza operacional. E incerteza operacional, em licitação, produz dois efeitos indesejáveis: alguns licitantes embutem margem de risco e elevam preço; outros subestimam a obrigação e depois enfrentam dificuldade na execução.

Nenhum desses cenários interessa à Codevasf.

A Administração precisa dizer o que quer receber, onde quer receber, em que estado de funcionamento, com qual nível de montagem, com quais testes e sob quais responsabilidades. Essa definição não pode ser deixada para a execução contratual, porque a execução não é o momento adequado para descobrir o conteúdo da obrigação licitada.

A obrigação de montagem não pode viajar escondida dentro da palavra “fornecimento”.

Requer-se, portanto, que a Codevasf esclareça e delimite expressamente o alcance da montagem e da supervisão de montagem, indicando quais itens demandam essa obrigação, onde ocorrerá, quem fornecerá infraestrutura, quais testes serão realizados, se haverá treinamento ou entrega técnica, quais documentos comprovarão a conclusão, como isso impactará o recebimento provisório/definitivo e se haverá necessidade de responsável técnico ou declaração específica.

### **13.7. Ambiguidade na expressão “menor preço unitário global avaliado, por item”**

O Termo de Referência utiliza a expressão “menor preço unitário global avaliado, por item”. A redação mistura conceitos distintos: preço unitário, preço global e julgamento por item.

O Edital, por sua vez, indica critério de julgamento por menor preço do item. A Planilha de Custos apresenta valores unitários e totais por item.

Embora a intenção administrativa pareça ser o julgamento pelo menor preço por item, a expressão “unitário global” deve ser corrigida ou esclarecida. Critério de julgamento não pode ser ambíguo. É ele que define a lógica da disputa, a comparação entre propostas, a totalização de valores, a adjudicação e o controle do resultado.

A expressão “preço unitário global” é contraditória em si. O preço unitário se refere à unidade de fornecimento. O preço global se refere ao conjunto. O julgamento por item, por sua vez, exige clareza sobre se o lance será considerado pelo valor unitário do item, pelo valor total do item ou por outro critério.

Essa ambiguidade pode parecer pequena, mas não é. Em uma licitação com 10 itens, cotas reservadas, quantidades expressivas e valores unitários diferentes, a clareza do critério de julgamento é indispensável para evitar erro de cadastramento, divergência entre valor unitário e total, disputa por parâmetro equivocado e questionamentos posteriores.

**O preço que vence precisa ser tão claro quanto o objeto que será entregue.**

Requer-se, portanto, a correção da redação do critério de julgamento, para que conste de forma inequívoca se o julgamento será pelo menor preço unitário por item, pelo menor preço total por item ou por outra formulação pretendida pela Administração, afastando-se a expressão ambígua “menor preço unitário global avaliado, por item”.

### **13.8. Inconsistência temporal entre a justificativa de execução superior a um ano e a vigência indicada de 330 dias**

O Termo de Referência apresenta justificativa mencionando execução em prazo superior a um ano. Entretanto, a própria estrutura temporal indicada nos documentos do processo aponta prazo máximo de 60 dias para emissão da Ordem de Fornecimento, 180 dias de execução, 60 dias para recebimento definitivo/encerramento físico e 30 dias para pagamento, totalizando vigência estimada de 330 dias.

A divergência não é apenas aritmética. Ela revela inconsistência na motivação temporal da contratação.

Prazos contratuais são elementos sensíveis. Afetam validade da proposta, planejamento de produção, programação de frete, capacidade fabril, garantia, reajuste, assistência técnica, fluxo de caixa, recebimento, pagamento e aplicação de penalidades. Quando a justificativa menciona prazo superior a um ano, mas o cronograma soma período inferior, o licitante fica diante de uma motivação que não corresponde integralmente ao desenho temporal do contrato.

Se a execução será superior a um ano, a Administração deve explicar como esse prazo se compõe e quais consequências contratuais decorrerão disso. Se a vigência efetiva é de 330 dias, a justificativa deve ser ajustada. O que não se recomenda é manter uma justificativa incompatível com o próprio cronograma do instrumento.

O tempo contratual também é parte do objeto. Ele define risco, preço e responsabilidade.

Essa inconsistência possui reflexos financeiros. Um contrato superior a um ano pode gerar discussão distinta sobre reajuste, manutenção de proposta, planejamento de produção e alocação de custos. Um contrato de 330 dias possui outra lógica temporal. Assim, a clareza do prazo não é formalismo; é dado econômico da proposta.

Requer-se, portanto, que a Codevasf corrija a justificativa temporal ou esclareça formalmente o real prazo de execução e vigência da contratação, compatibilizando todos os documentos do certame.

### **13.9. Justificativa de não exigência de garantia de execução baseada em “pagamento à pronta entrega”, embora o pagamento dependa de atesto e prazo posterior**

O Termo de Referência informa que não será exigida garantia de execução. A impugnante não questiona, em si, a possibilidade de dispensa de garantia contratual, desde que devidamente motivada pela Administração.

O ponto formal está na justificativa utilizada.

O instrumento menciona fornecimento com pagamento à pronta entrega. Entretanto, as condições de pagamento preveem pagamento após entrega, atesto da fiscalização e prazo de até 30 dias corridos após o atesto. Também há previsão de devolução da documentação fiscal em caso de erro, omissão ou pendência, com reinício de prazo após correção.

Portanto, o pagamento não ocorre, necessariamente, de forma imediata no ato da entrega. Há um fluxo administrativo composto por entrega, conferência, recebimento, atesto, regularidade fiscal, processamento e pagamento.

Essa distinção importa porque a justificativa de não exigência de garantia de execução deve dialogar com o risco real da contratação. O fornecedor assumirá fabricação ou aquisição, transporte, carga, descarga, técnico no local, eventual montagem/supervisão, garantia do produto, assistência técnica e demais encargos antes de receber. A Administração, por sua vez, precisa justificar a dispensa de garantia com base nas características reais do fluxo contratual, não em expressão que simplifique excessivamente a dinâmica financeira.

A correção desse ponto não significa exigir garantia. Significa apenas ajustar a motivação. Se a Codevasf entende que a garantia de execução é desnecessária, deve fundamentar essa conclusão a partir do risco efetivo do contrato, da natureza dos bens, da entrega concentrada, dos mecanismos de recebimento, das penalidades e das garantias dos produtos.

A motivação administrativa deve corresponder ao contrato que será executado, não a uma versão abreviada dele.

Requer-se, portanto, que a Codevasf ajuste ou esclareça a justificativa de dispensa de garantia de execução, compatibilizando-a com as condições efetivas de entrega, atesto e pagamento previstas no Termo de Referência e na minuta contratual.

### **13.10. Critérios de sustentabilidade ambiental sem definição objetiva de documentos aceitos**

O Termo de Referência exige que o licitante vencedor observe critérios de sustentabilidade ambiental “no que couber”. Também prevê a possibilidade de comprovação por certificação emitida por instituição pública oficial, por instituição credenciada ou por qualquer outro meio de prova que ateste o cumprimento das exigências. Além disso, admite diligência da Codevasf e prevê risco de desclassificação caso a adequação não seja confirmada.

A exigência de sustentabilidade é legítima e compatível com a lógica contemporânea das contratações públicas. O problema está na ausência de definição objetiva sobre os documentos que serão aceitos para comprovar o atendimento da exigência em bens compostos por múltiplos componentes.

O objeto do certame envolve equipamentos formados por motores elétricos, bombas, recipientes, mangueiras, teteiras, pulsadores, estruturas metálicas, peças plásticas, componentes elétricos, unidades condensadoras, materiais de embalagem, itens de limpeza e outros subconjuntos. Sem esclarecimento prévio, o licitante não sabe se deverá apresentar certificação do equipamento final, declaração própria do fabricante, certificações de componentes principais, documentos ambientais de fornecedores, certificação ISO, declaração de conformidade ambiental, documentos sobre embalagem reciclável ou combinação desses meios.

A expressão “qualquer outro meio de prova” confere flexibilidade, mas também gera insegurança. Flexibilidade sem critério pode resultar em avaliação casuística. Um licitante pode apresentar declaração própria; outro, certificado de componente; outro, certificação de fabricante; outro, declaração de sustentabilidade do equipamento final. Sem critério objetivo, a aceitação fica vulnerável à subjetividade.

A sustentabilidade ambiental não pode virar uma incerteza documental na véspera da contratação.

Se a Administração pretende exigir sustentabilidade, deve dizer como ela será comprovada. O licitante precisa saber, antes da disputa, quais documentos serão considerados suficientes. Caso contrário, a exigência pode se transformar em risco de desclassificação posterior, sem que tenha havido parâmetro claro desde a fase de proposta.

Essa insegurança também impacta preço. Certificações, declarações técnicas, documentos de fornecedores e eventuais ensaios possuem custo e prazo. Se a Codevasf não define previamente o padrão probatório, o licitante não sabe quais custos incorporar nem quais documentos preparar.

A prova ambiental deve proteger o interesse público, não criar uma armadilha documental.

Requer-se, portanto, que a Codevasf esclareça, antes da sessão, quais documentos serão admitidos para comprovação dos critérios de sustentabilidade ambiental, especialmente para equipamentos compostos por múltiplos componentes, indicando se serão aceitas declarações do fabricante do equipamento final, declarações de fornecedores de componentes principais, certificações específicas, documentos técnicos equivalentes,

certificações ambientais de fabricantes de componentes e declarações de adequação de embalagens.

### **13.11. Acúmulo de inconsistências e necessidade de saneamento prévio**

As inconsistências acima, consideradas isoladamente, já justificariam esclarecimentos e correções pontuais. Consideradas em conjunto, revelam cenário mais sensível: o processo apresenta divergências documentais em elementos essenciais da competição.

Há divergência entre a descrição das ordenhadeiras no sistema e nos anexos técnicos. Há divergência de potência nas forrageiras. Há divergência sobre cota reservada no item 10. Há contradição entre vedação de subcontratação e referências a subcontratada. Há anexos de planejamento e de risco indicados como integrantes, mas disponibilizados apenas como capa. Há obrigação de montagem/supervisão sem delimitação suficiente. Há ambiguidade na redação do critério de julgamento. Há inconsistência temporal. Há justificativa de garantia que não corresponde integralmente ao fluxo de pagamento. Há exigência de sustentabilidade sem critério documental suficientemente objetivo.

Esse conjunto não deve ser normalizado.

Em contratação pública, cada divergência formal é uma semente de controvérsia futura. Quando as divergências atingem especificação técnica, ambiente eletrônico, potência de motor, cota ME/EPP, subcontratação, planejamento, risco, montagem, prazo e sustentabilidade, o dever de saneamento deixa de ser conveniência e passa a ser providência necessária à segurança do certame.

A licitação ainda está em momento adequado para correção. É justamente antes da sessão que a Administração possui maior capacidade de ajustar o instrumento, compatibilizar documentos, esclarecer critérios, corrigir o sistema, evitar disputa contaminada e preservar a integridade da contratação.

Depois da sessão, cada vício ganha um vencedor, um vencido, um preço, um recurso e um risco de execução. Antes da sessão, o vício ainda pode ser tratado como saneamento. Depois, tende a se transformar em litígio administrativo, atraso, retrabalho e insegurança.

A Codevasf não perde autoridade ao corrigir o edital. Ao contrário, demonstra maturidade institucional, respeito ao mercado, zelo pelo erário e compromisso com a efetividade da política pública. Um edital saneado é mais forte que um edital defendido a qualquer custo.

A finalidade do presente capítulo, portanto, não é multiplicar objeções artificiais. É demonstrar que a necessidade de retificação não decorre apenas da percepção técnica da impugnante sobre as ordenhadeiras. Ela decorre do próprio conjunto documental do processo, que apresenta inconsistências objetivas e corrigíveis.

A Administração tem diante de si uma oportunidade simples e valiosa: compatibilizar o que está divergente, esclarecer o que está ambíguo, disponibilizar o que está ausente e retificar o que pode comprometer o julgamento. Essa providência não enfraquece a licitação; ela a depura.



O Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026 deve chegar à sessão pública com objeto único, critérios claros, sistema compatível, anexos completos e responsabilidades delimitadas. Só assim a disputa poderá cumprir sua função: selecionar a proposta mais vantajosa, em ambiente isonômico, competitivo, objetivo e seguro.

Por essas razões, as inconsistências formais complementares aqui apontadas reforçam os pedidos de saneamento do edital, correção do cadastro no Compras.gov, disponibilização integral dos documentos de planejamento e risco, esclarecimento das obrigações acessórias e, se necessário, suspensão ou adiamento da sessão pública, com republicação e reabertura de prazo quando as alterações impactarem a formulação das propostas.

A Codevasf está diante de uma contratação destinada a pequenos produtores rurais, com equipamentos que precisam sair do papel e funcionar no campo. O processo administrativo deve refletir essa mesma funcionalidade: sem contradições internas, sem descrições concorrentes, sem anexos vazios, sem critérios ambíguos e sem riscos ocultos.

**Um edital claro é o primeiro equipamento que a política pública entrega.**

#### **14. PEDIDOS**

Diante do exposto, requer-se:

1. O recebimento e conhecimento da presente impugnação, por ser tempestiva e pertinente ao objeto do Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026.
2. O deferimento da impugnação para que sejam retificados os itens 01 a 06 do Anexo II – Planilha de Quantidades e Preços Orçados, substituindo-se a atual fragmentação em ordenhadeiras de 50, 100 e 200 litros por solução padronizada de ordenhadeira mecânica móvel tipo balde ao pé, conjunto duplo, apta à ordenha simultânea de duas vacas por vez, com 08 teteiras, recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros com entrada dupla, bomba de vácuo e motorização compatíveis, preservadas as demais exigências de manual, garantia, assistência técnica, logomarca, entrega, montagem e descarga.
3. Subsidiariamente, caso a Codevasf entenda por manter a atual modelagem, que apresente justificativa técnica robusta, memorial de dimensionamento e motivação expressa demonstrando que a divisão entre ordenhadeiras de 50, 100 e 200 litros é mais eficiente, ergonômica, econômica e vantajosa ao produtor rural beneficiário do que a solução padronizada em conjuntos duplos.
4. Que a Codevasf esclareça expressamente se aceitará recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros, com entrada dupla, como solução tecnicamente equivalente ou superior ao recipiente de 50 litros exigido nos itens 01 a 06.
5. Que, caso mantidos os itens 05 e 06 para ordenha simultânea de quatro vacas por vez, sejam revisados ou justificados tecnicamente os parâmetros de bomba de vácuo, motorização, recipientes, tomadas de vácuo, peso, mobilidade e ergonomia, especialmente diante da exigência de 16 teteiras, 04 recipientes de 50 litros, bomba de vácuo de 300 litros e motor elétrico de 1 CV.
6. Que sejam disponibilizados aos licitantes o Estudo Técnico Preliminar efetivo e a Matriz de Riscos efetiva, uma vez que o Termo de Referência os lista como anexos integrantes, mas o material apresentado contém apenas páginas de abertura nos anexos correspondentes.

7. Que seja suspensa ou adiada a sessão pública, se necessário, para permitir o saneamento das especificações técnicas e preservar a isonomia, a competitividade e o julgamento objetivo.
8. Que, havendo alteração do edital, do Termo de Referência ou da Planilha de Quantidades e Preços Orçados, seja promovida a republicação do instrumento convocatório com reabertura do prazo legal para apresentação das propostas, considerando que as alterações impactam diretamente a formulação técnica, a composição de preços e a estratégia de participação dos licitantes.
9. Que a decisão administrativa enfrente, de forma expressa e motivada, todos os pontos suscitados nesta impugnação, especialmente a eficiência da política pública, a economicidade material, a ergonomia do equipamento móvel tipo balde ao pé, a competitividade decorrente da aceitação de recipiente de aproximadamente 45 litros, e o dimensionamento dos itens 05 e 06.
10. Que a Codevasf promova o saneamento integral das inconsistências formais complementares apontadas no Capítulo 13 desta impugnação, mediante a compatibilização de todos os documentos do certame, inclusive Edital, Termo de Referência, Planilha de Quantidades e Preços Orçados, cadastro dos itens no Compras.gov, minuta contratual e demais anexos, corrigindo especialmente: a divergência entre a descrição dos itens 01 a 06 no Compras.gov e a descrição técnica constante do Termo de Referência/Planilha; a divergência de potência dos itens 07 e 08, para que fique expressamente definido se as forrageiras exigidas são de 3 CV ou 5 CV; a inconsistência relativa ao tratamento diferenciado do item 10, compatibilizando o cadastro sistêmico com a regra de cota reservada indicada no edital e anexos; a contradição entre a vedação de subcontratação e as referências à empresa subcontratada; a disponibilização apenas formal, sem conteúdo efetivo, do Estudo Técnico Preliminar e da Matriz de Riscos; a ausência de delimitação objetiva da montagem e supervisão de montagem; a ambiguidade da expressão “menor preço unitário global avaliado, por item”; a inconsistência temporal entre a justificativa de execução superior a um ano e a vigência indicada de 330 dias; a justificativa de dispensa de garantia de execução baseada em “pagamento à pronta entrega”, embora o pagamento dependa de entrega, atesto e prazo posterior; bem como a ausência de critério documental objetivo para comprovação da sustentabilidade ambiental, esclarecendo previamente quais documentos serão admitidos para bens compostos por múltiplos componentes. Requer-se, ainda, que, caso as correções impactem a formulação das propostas, a composição de preços, a participação dos licitantes, o julgamento, a aceitação técnica ou a execução contratual, seja promovida a suspensão ou adiamento da sessão pública, com republicação do instrumento convocatório e reabertura do prazo legal, a fim de preservar a isonomia, a competitividade, o julgamento objetivo, a segurança jurídica, a seleção da proposta mais vantajosa e a efetividade da política pública pretendida.

## 15. FECHO

A presente impugnação não pretende dificultar a atuação da Codevasf. Ao contrário, pretende preservá-la. Preservá-la de uma contratação que, embora bem-intencionada, pode ser menos eficiente do que a própria finalidade pública exige. Preservá-la de uma disputa que pode ocorrer sob especificações discutíveis. Preservá-la de uma entrega que, no papel, será contabilizada como sucesso, mas que, no campo, poderá não alcançar todo o potencial que o investimento público permite.

A Codevasf, neste processo, não está diante de uma compra comum. O próprio Termo de Referência reconhece que a atividade leiteira em Alagoas carece de tecnologia, investimento e modernização; reconhece que pequenos produtores familiares dependem dessa atividade; reconhece que ordenhadeiras reduzem esforço manual, aumentam produtividade e melhoram a higiene da produção. Esse reconhecimento é valioso. Ele revela que a Administração compreendeu o problema público. O que se pede agora é que a solução técnica acompanhe a grandeza dessa finalidade.

Legalidade não é apenas seguir etapas. Legalidade é fazer com que cada etapa sirva ao fim público que a lei protege. Isonomia não é apenas abrir o sistema para todos; é permitir que todos concorram com critérios objetivos, atuais e tecnicamente justificáveis. Competitividade não é apenas receber lances; é impedir que uma especificação desatualizada afaste soluções úteis. Julgamento objetivo não é apenas comparar preços; é comparar preços dentro de uma descrição clara, funcional e alinhada ao resultado pretendido.

A vantajosidade, neste caso, não pode ser confundida com a menor fotografia do preço unitário. A vantagem verdadeira é dinâmica. Ela aparece no tempo economizado pelo produtor, na redução do esforço físico, na melhoria da higiene, na estabilidade da ordenha, na assistência técnica mais simples, na padronização da manutenção, na maior vida útil do equipamento e na maior probabilidade de que a máquina seja efetivamente usada. Uma ordenhadeira que trabalha melhor não é luxo; **é política pública funcionando.**

O erário não é protegido apenas quando se paga menos. O erário também é protegido quando se evita comprar mal. Às vezes, a despesa mais barata é a que menos entrega. Às vezes, a diferença pequena no preço inicial representa diferença enorme no resultado final. E aqui a própria planilha da Codevasf mostra que a passagem de uma solução simples para uma solução dupla não configura salto desproporcional. Ao contrário, a diferença entre os valores unitários dos itens simples e duplos revela que a Administração pode reexaminar a padronização com serenidade, sem ruptura orçamentária e com grande potencial de ganho público.

A execução também precisa ser vista desde agora. O Termo de Referência exige carga, transporte, descarga, técnico no local, manual, garantia, assistência técnica, logomarca silkada e responsabilidade integral da contratada. Tudo isso será custeado. Tudo isso será mobilizado. O caminhão chegará a Penedo. A equipe acompanhará a descarga. A fiscalização verificará os bens. O produtor receberá a máquina. Exatamente por isso, é necessário perguntar antes da sessão: que máquina deve chegar? Uma máquina simples, limitada, fragmentada por litragem nominal, ou uma solução mais produtiva, padronizada, ergonômica e coerente com a rotina real da pecuária leiteira?

Não se trata de substituir a Administração. Trata-se de convidá-la a exercer, no ponto mais importante, o seu próprio poder-dever de planejamento. A retificação proposta é simples. Não exige refazer toda a licitação. Não altera a finalidade. Não reduz qualidade. Não cria direcionamento. Não impõe marca. Apenas desloca o centro da especificação da litragem nominal para a utilidade real: conjunto duplo, duas vacas por vez, 08 teteiras, recipiente semitransparente adequado, mobilidade, higienização, produtividade e segurança.

A Administração pode, legitimamente, optar por manter sua solução. Mas, para isso, precisa demonstrar por que a solução atual é melhor. Precisa explicar por que 250 máquinas simples atendem melhor ao produtor do que conjuntos duplos. Precisa explicar por que dois ou quatro recipientes de 50 litros são mais ergonômicos do que um recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros com entrada dupla. Precisa explicar por que os itens 05 e 06, destinados a quatro vacas por vez, permanecem adequados com bomba de vácuo de 300 litros e motor de 1 CV. Precisa explicar por que a segmentação em 50, 100 e 200 litros é superior à padronização funcional da política pública.

Esse ônus de explicação não é castigo. É governança. É proteção institucional. É o caminho pelo qual a Codevasf demonstra que sua contratação foi pensada não apenas para ser processada, mas para produzir resultado. Em uma licitação pública, a motivação clara é escudo da Administração e garantia dos licitantes. Quando a motivação é forte, a disputa fica mais segura. Quando a especificação é clara, o julgamento fica mais objetivo. Quando o objeto é bem planejado, o contrato fica mais executável.

Também não se deve tratar controle externo e controle social como ameaça. Eles são consequências naturais da publicidade e da relevância do gasto público. Uma contratação estimada em R\$ 7.313.235,00, destinada a pequenos produtores e à atividade leiteira de Alagoas, deve poder ser explicada a qualquer tempo: aos licitantes, aos produtores, aos órgãos de controle, à sociedade e à própria Administração. A melhor forma de resistir a qualquer questionamento futuro é corrigir agora aquilo que pode ser corrigido com proporcionalidade.

A segurança jurídica, portanto, recomenda o saneamento antes da sessão. Se a sessão ocorrer com as especificações atuais, a disputa poderá ser contaminada por dúvidas técnicas; propostas poderão ser formuladas sob risco; soluções equivalentes poderão ser tratadas como desvios; o julgamento poderá se tornar mais difícil; o recebimento poderá ser tensionado; a entrega poderá ser questionada. Se, ao contrário, a Codevasf retifica, esclarece, disponibiliza os documentos técnicos e reabre o prazo necessário, o certame volta ao trilho da legalidade, da isonomia, da competitividade e da eficiência.

Esta impugnação fala de ordenhadeiras, mas seu tema verdadeiro é planejamento público. Fala de baldes, motores, teteiras e bombas de vácuo, mas seu conteúdo real é a responsabilidade de fazer a política pública chegar inteira ao produtor. Fala de Penedo, mas alcança qualquer comunidade rural que dependa de tecnologia para transformar esforço em renda. Fala de especificação técnica, mas protege o erário, a Administração e o beneficiário final.

A Codevasf tem, neste momento, a oportunidade de fazer uma correção pequena no papel e produzir uma diferença grande no campo. Pode transformar 400 entregas em 400 soluções. Pode fazer do Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026 não apenas um

procedimento regular, mas uma contratação exemplar em eficiência. Pode demonstrar que o planejamento público não se mede pela quantidade de páginas de um processo, mas pela qualidade do resultado que ele entrega.

Por isso, com respeito institucional e firmeza técnica, a impugnante requer o deferimento da presente impugnação. Que se retifiquem os itens 01 a 06. Que se esclareçam os critérios. Que se disponibilizem os estudos e a matriz de riscos. Que se preserve a competitividade. Que se proteja o erário. Que se entregue ao pequeno produtor rural uma ordenhadeira compatível com a sua rotina, com o seu esforço e com a finalidade pública que justificou esta contratação.

No fim, a pergunta que deve orientar a decisão é simples: quando a máquina chegar a Penedo, ela apenas cumprirá a planilha ou cumprirá a política pública?

Passos/MG, 21 de maio de 2026.

AGROMAP – MÁQUINAS AGRÍCOLAS PASSOS LTDA

CNPJ nº 17.278.847/0001-35

Inscrição Estadual nº 479.376.954-0065

Rua Farid Esper Kallas, nº 125 – Bairro Vila Romana

Passos/MG – CEP 37901-775

Telefones: (35) 3521-1439 / (35) 3521-2630 / (35) 3521-1647

WhatsApp: (35) 9 9736-3028

E-mail: agromap.licitacoes@gmail.com